

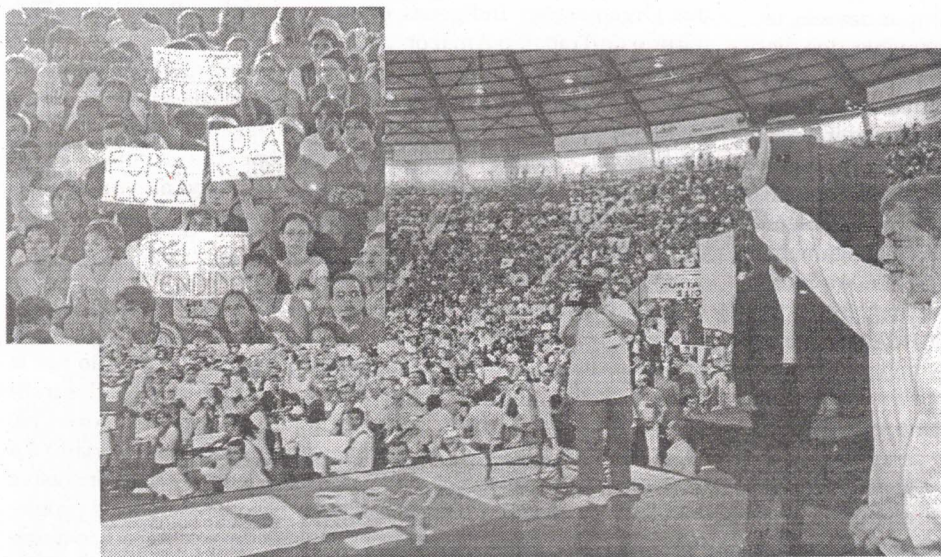


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XVI - Nº 293 - DE 31 DE JANEIRO A 13 DE FEVEREIRO DE 2005 - R\$ 1,50

**O governo do PT/Lula só consegue aplicar receita neoliberal na situação econômica mais favorável. As massas devem se preparar para mais ataques, levantando suas reivindicações para resistir.**



**Lula é vaiado e aplaudido no Fórum Social Mundial, que está em crise: O reformismo no poder provou ser pró-imperialista, e o "Outro Mundo Possível" não passa do esclerotizado capitalismo em crise.**

**A Reforma Universitária do Governo do PT/Lula é criticada pela direita, que quer mais claramente privatista.**



**Índios passam fome e pressionam por demarcação de terras**



**A farsa das eleições no Iraque**

## Quinzena do Movimento Operário

### Demissões na LG

A LG Philips, que produz cinescópios (tubos de imagem para TV) em São José dos Campos havia dado férias coletivas para 1.500 funcionários e deixado cerca de 240 trabalhando na adequação da linha de montagem.

Esses trabalhadores trabalharam dia 27 de dezembro até as 15h e por volta de 16h30 receberam o aviso de demissão por telegrama em suas casas. Por pressão do Sindicato, os trabalhadores demitidos acabaram aceitando um adicional de R\$ 2.50, seis meses de plano de saúde e a empresa oferecerá um serviço de recolocação profissional. Os trabalhadores não podem aceitar as demissões. Os patrões querem acabar com os postos de trabalho para obter mais lucros. Que se exploda o lucro dos patrões, queremos nossos empregos, a única fonte de recursos para podermos sustentar a nós e nossa família. Devemos exigir do burguês que abra o seu caixa. Os operários é que devem administrar as empresas, por meio do controle coletivo da produção.

### Médicos do Saúde da Família encerram greve em SP

Os cerca de 160 médicos que atuam nas 58 unidades do Programa Saúde da Família geridas pelo Hospital Santa Marcelina, iniciaram uma greve no dia 17 de janeiro. Protestavam contra o atraso no pagamento dos salários referentes à dezembro, que deveria ter ocorrido no último dia 5, e reivindicavam o pagamento dos dias em que estiveram parados e de uma multa pelo atraso. O hospital efetuou os pagamentos no dia 26, afirmou que todos os dias referentes ao mês de janeiro serão pagos no dia 5 de fevereiro, sem atraso, e que em 60 dias a instituição deve apresentar uma proposta para o pagamento das multas. Com essa proposta, os médicos retornaram ao trabalho no dia 27. O hospital atribuiu o problema ao atraso no repasse de R\$ 25 milhões destinados ao pagamento destes profissionais pela Secretaria Municipal de Saúde. Já a Secretaria atribuiu às dívidas deixadas pela gestão anterior. O fato é que os trabalhadores não têm nenhuma responsabilidade perante os desmandos dos administradores.

### Fiscais da Receita de Campinas entram em greve

Os fiscais da Receita Federal que atuam no aeroporto de Viracopos, na região de Campinas (a 99 km de SP), decidiram no dia 26 de janeiro entrar em greve por 48 horas. A paralisação é um protesto contra as condições de segurança da região. Os servidores reivindicam garantia e segurança de vida no exercício da profissão. Segundo a categoria, oito funcionários — sete auditores e um técnico — da Receita foram vítimas de sequestro nos últimos 13 meses. O último caso, ocorrido no final de semana antes do Natal, envolveu um auditor que já havia sido sequestrado em dezembro de 2004. Os sequestradores agem fortemente armados e mostram ter informações pessoais sobre as vítimas. Esses acontecimentos mostram o quanto o capitalismo decadente desenvolve o crime organizado e como este está infiltrado em todos os negócios e instituições burguesas.

### Metroviários realizam ato público

O Sindicato dos Metroviários de São Paulo realizou ato público no dia 27 de janeiro contra as demissões e a mudança de tarifagem. Essa medida faz parte da estratégia de acabar com as vantagens nas compras antecipadas de viagens para beneficiar as empresas que irão se apossar do sistema de arrecadação do Metrô, com a implantação do Metropass e demissão de metroviários. No Metrô, o número de funcionários envolvido no sistema de arrecadação está em torno de 1.500 pessoas. Pelo que se pode saber, por meio do Edital da Concor-

rência pública, o governo do Estado pretende a privatização de todo o sistema de arrecadação das três empresas Metrô, CPTM e EMTU. É preciso bater contra o processo gradual de privatização do Metrô e organizar o controle coletivo dos trabalhadores.

### Índios permanecem em prédio da Funai em Manaus para forçar negociação

Índios de 18 etnias do Amazonas que invadiram a sede da Funai (Fundação Nacional do Índio) de Manaus, desde o dia 3 de janeiro, afirmaram (no dia 28) que só vão desocupar o prédio quando a presidência do órgão, em Brasília, indicar um dos três nomes indígenas sugeridos por eles para a administração local do órgão.

A ocupação à sede da Funai de Manaus começou com a reivindicação da demarcação da terra indígena mura, em Autazes (a 113 km ao leste da capital), e conseguiu a exoneração do administrador, o sertanista Benedito Rangel, no dia 27, a pedido dele próprio. A administração de Rangel é acusada de intervir contra demarcações. Das 165 terras indígenas da região, apenas 48% são demarcadas. Pescadores e fazendeiros estão invadindo as terras.

A cada dia, índios de regiões do Estado chegam a Manaus para juntarem-se aos líderes do movimento, apoiado pelas duas maiores organizações indígenas da Amazônia: a Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) e o GTA (Grupo de Trabalho Amazônico).

Em Brasília, o vice-presidente da Funai afirmou que não existe acordo sobre a exigência de colocar um índio na chefia da administração.

Como podemos ver a falta de respeito das etnias indígenas é incontestável. A sanha capitalista quer acabar com as poucas terras que ainda restam aos autóctones. É imperativo ao movimento defender a autodeterminação dos povos indígenas, incluindo sua separação em Estados independentes.

A destruição das matas expulsa os índios de suas terras e os leva à miséria nas margens das cidades ou fazendas. A imprensa apresenta a ocupação dos índios junto ao noticiário policial. O grande número de nacionalidades envolvidas na ocupação por si mesmo mostra que estão quase extintas. Os movimentos dos índios têm sido usados por frações burguesas (garimpeiros, posseiros, latifundiários) em benefício destas. A política do proletariado é a de assegurar aos índios o direito de autodeterminação, inclusive de separação enquanto nacionalidade. A solução de seus problemas não será dada sob o regime capitalista de exploração do trabalho. O socialismo lhes permitirá tomarem para si o melhor do desenvolvimento tecnológico preservando suas culturas.

### Cresce mortalidade infantil indígena

Dados da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) apontam que, nas aldeias de Mato Grosso do Sul, 27% das crianças índias de até cinco anos de idade estão desnutridas e que, em 2004, a mortalidade infantil chegou a 60 por mil nascidos vivos, quase o triplo do índice verificado entre a população brasileira (24,3 por mil, segundo o Ministério da Saúde). Em Dourados, 11 mil índios vivem numa aldeia de apenas 3.500 hectares (em uma área desse tamanho podem ser assentados no máximo 200 sem-terra). Nos últimos cinco anos, 234 guaranis e caiuás se mataram. As aldeias desses índios chegam a ter 37% das crianças desnutridas. Os pais bebem e abandonam os filhos em casa. As crianças ficam até três dias sem comer. Na avaliação dela, os índios se entregam ao álcool devido à falta de terra e ao conflito cultural.

Mais um exemplo do que a cultura capitalista fez com os povos autóctones. A falta de terra acaba levando os índios ao alcoolismo. Saem lucrando tanto o latifundiário, que toma as terras indígenas, como o fabricante de cachaça, que ganha com o vício.

## Denúncias do capitalismo

### Reforma trabalhista alemã agrava a situação dos desempregados

A taxa de desemprego na Alemanha é de 10,5%. Em Berlim, chega a 18,2%. O mais poderoso país capitalista da Europa não tem como resolver o desemprego que atinge milhões de trabalhadores alemães.

Em 2002, um ex-executivo da Volkswagen, Peter Hartz, apresentou um plano de reforma trabalhista. O Parlamento, assim, criou a lei Hartz. Eis dois aspectos centrais:

1) Prevê empregos de um euro por hora. O governo subsidia parte desse valor aos empresários, que passam a usar uma mão-de-obra quase de graça.

2) Reduz drasticamente o salário-desemprego para quem está há mais de um ano desempregado. Todo desempregado que recebe o seguro-desemprego está obrigado a se inscrever para uma vaga de um euro.

Essa reforma do governo social-democrata é bem salafária. Acaba com o critério de recebimento de um seguro-desemprego de acordo com o salário da profissão e obriga o desempregado a aceitar um salário de fome. Pior ainda: abre a possibilidade do emprego de um euro substituir um posto de maior valor. É o que reconhece a própria Associação Nacional de Empregadores.

Como a lei é facultativa aos empresários, não se abriu o número de vagas previstas. Mesmo os empregos estatais de um euro não chegaram a um bom termo.

A lei Hartz está servindo principalmente para reduzir o salário-desemprego e diminuir a responsabilidade do Estado burguês para com milhões de desempregados. O emprego de um euro só funcionará para destruir postos de maior valor salarial, substituindo-o.

Os capitalistas mantêm um gigantesco exército de desempregados porque não mais necessitam dessa mão-de-obra. O fato de dar aos exploradores uma mão-de-obra financiada em parte pelo Estado, portanto, quase de graça, e mesmo assim não abrirem milhares de postos de trabalho, indica que o problema não está no valor do salário. Os capitalistas colocaram esse contingente para fora da fábrica porque não mais necessitavam. E não será com o artifício da mão-de-obra quase de graça que os colocarão de novo na produção.

A alta taxa de desemprego, com tendência crescente, expressa o capitalismo tecnológico, a superprodução e o estreitamento do mercado mundial.

Os trabalhadores não devem se iludir com esse jogo do governo. A burocracia sindical se apóia nessa malandragem para manter os sindicatos calados diante do desemprego e da patifaria do governo.

A luta contra o desemprego tem de partir dos próprios trabalhadores. Unir empregados e desempregados em torno da reivindicação de escala móvel das horas de trabalho. Frente às demissões e ao desemprego, devemos dizer aos explorados e seu governo: exigimos a divisão das horas nacionais de trabalho entre todos os trabalhadores, de forma que a jornada de trabalho corresponda a utilização de toda a força de trabalho do país.

### Governo do PT: incapaz de enfrentar as pressões da oligarquia e das multinacionais

A demissão da diretoria da Empresa Brasileira de Pesquisa Agro-pecuária (Embrapa) é mais um episódio de capitulação do governo Lula frente às exigências do grande capital. Anteriormente, tivemos o caso da demissão do presidente do BNDES e do Banco do Brasil. Junta-se a eles, a demissão do secretário dos direitos humanos, em razão dos arquivos de repressão da ditadura militar.

A destituição do presidente da Embrapa, Cleyton Campanhola, foi obra do Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, que representa os interesses dos latifundiários e da agro-indústria.

O mal de Campanhola foi o fato deste privilegiar a agricultura familiar, quando a orientação do Ministério da Agricultura era o de subordinar a Embrapa ao agronegócio, onde impera o grande capital.

Chama a atenção o fato do prefeito de São Carlos, Nilton Lima, petista, estar mancomunado com Rodrigues. Nilton Lima indicou para a presidência da Embrapa Silvio Crestana, um homem do agronegócio.

O objetivo é de pôr fim às influências políticas favoráveis a agricultura familiar e aos sem-terra assentados. O ministro Rodrigues disse para Lula: aqui tem minha demissão, caso o presidente não me dê poderes para modificar a diretoria da Embrapa. Lula pediu que ficasse e que a cabeça de Campanhola rolasse. Isso mostra o quanto o governo do PT está atado aos interesses do grande capital e é incapaz de enfrentar suas pressões.

O movimento camponês tem de vencer as ilusões no governo PT/Lula, denunciá-lo como capacho dos latifundiários. Ampliar as ocupações de terra, reforçando o método da ação direta, por onde os trabalhadores agrários arrancarão da burguesia suas reivindicações. Qualquer esperança no governo e no PT põe em risco as reivindicações dos explorados.

### Parasitismo financeiro indica o apodrecimento do capitalismo

No Fórum Econômico de Davos, foi feita a previsão de que o capital financeiro terá um crescimento, em 2005, três vezes maior do que o crescimento da economia mundial. De acordo com a Consultoria Mercer Oliver Wyman a previsão é de que as ações no valor de 7,5 trilhões de dólares, apresentadas em 2003, poderão ser triplicadas até 2013, caso continue a supervalorização e alta lucratividade verificadas ultimamente.

Os bancos norte-americanos têm sido os mais rentáveis e nadam em dinheiro. Os bancos brasileiros seguiram a alta lucratividade, ficando um pouco abaixo da média mundial.

O fato do capital financeiro crescer o triplo do PIB mundial não demonstra progresso e fortalecimento do capitalismo. Pelo contrário, expõe o quanto esse sistema de exploração do trabalho e acumulação de capital atingiu a fase do parasitismo.

Enquanto as indústrias se debatem diante da superprodução, da concorrência tecnológica, da eliminação maciça de postos de trabalho e da tendência de queda na taxa de lucro, o capital financeiro se agiganta. Enquanto a maior parte dos países são sacrificados pelas dívidas interna e externa, enquanto pagam altas somas de juros sem poder, os banqueiros internacionais e nacionais acumulam montanhas de riquezas.

A valorização artificial do capital financeiro por meio de especulação e imposição das altas taxas de juros expressa a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção monopolistas. Internamente, os países semicoloniais devedores sofrem o impacto da sangria.

O governo do PT/Lula é a prova mais cabal dessa situação. Antes mesmo de ganhar as eleições já havia se comprometido a alimentar o parasitismo dos banqueiros internacionais. A carga de impostos e as exorbitantes taxas de juros colocam a economia do país a serviço do capital financeiro. Somente a dívida interna cresceu 188,78 bilhões de reais nos dois anos de seu mandato. Em 2004, aumentou em 80,54 bilhões de reais, chegando ao montante de 811,94 bilhões de reais. Mais da metade dessa dívida é remunerada por uma taxa de juros que chega a 17,75%, uma das mais altas do mundo.

Quem paga são os trabalhadores com a fome e a miséria. Ao contrário, o programa do proletariado é a de expropriação e es-

tatização de todo o sistema financeiro. Rompimento com a opressão imperialista. Para isso, está colocada a luta estratégica por um governo operário e camponês.

## **Lula vai ao Lulão e pede aos sem-terra que não ocupem**

O presidente Lula visitou o acampamento dos sem-terra conhecido como "Lulão". Em seu discurso, pediu que os sem-terra respeitassem a lei e não usassem o método da ocupação de terras. Se os sem-terra seguissem os conselhos de Lula, teriam de depender apenas dos assentamentos governamentais, que têm sido inclusive reduzidos no governo do PT. Lula expressou a vontade dos latifundiários, num acampamento dos sem-terra que tem seu nome, o que indica ilusões dos explorados. Sem as ocupações, a tendência de concentração de terras conduzirá os camponeses pobres à mais completa miséria, pela perda da terra, que é seu meio de sobrevivência. Os mecanismos de funcionamento do capitalismo levam o pequeno proprietário a perder a terra. O destino dos sem-terra depende de constituírem a aliança operário-camponesa e realizarem a revolução agrária, destruindo o latifúndio e rumando para a propriedade coletiva da terra.

## **Rondônia**

# **Retrato da administração PT na Prefeitura de Porto Velho**

A administração do PT na cidade de Porto Velho/RO mostra sua verdadeira face de traição aos trabalhadores. Elegeu-se com um Programa que tinha como slogan: "Porto Velho Melhor para Todos" (com mais saúde, justiça social, educação etc), porém, o que se esconde por trás desta farsa é uma forma de iludir as maiorias para fazer uma administração cada vez melhor para minorias exploradoras e oportunistas eleitores que estão ao seu redor.

Só para se ter uma idéia, com apenas três semanas de administração, o prefeito Roberto Sobrinho/PT, mostra para quem e em favor de quem está governando a capital do Estado de Rondônia. Inicia perseguindo 43 pais de famílias que sobrevivem de transportes alternativos, considerados clandestinos pela Secretaria Municipal de Transporte do Município (Semtran), em função daqueles que já possuem até mesmo frotas de táxis legais. O que está evidenciando com mais intensidade a presença do que eles chamam de táxis piratas é o fato dos mesmos necessitarem transportar passageiros para a área urbana na

medida em que os garimpos estão sendo esgotados e as poucas oportunidades de transportar passageiros e mercadorias para o setor de garimpos são insuficientes para o sustento da família.

Os taxistas "piratas" e legais devem se unir e se organizar como categoria trabalhadora da classe explorada e exigir que o prefeito cumpra sua promessa de campanha no que diz respeito à criação de oportunidades a "serviço dos que mais precisam". Mal inicia o mandato, já revela a grande farsa para atrair as maiorias em função da sua vitória. Isso significa que o governo PT em Porto Velho é o seguimento do governo PT/Lula, que segue as diretrizes do imperialismo que administra as crises do capitalismo impondo brutal ataque sobre os trabalhadores e as maiorias oprimidas em geral. Por isso põe em ação as parcerias público/privado (PPPs) em saúde, educação etc.

É pela mobilização por suas reivindicações que os explorados de Porto Velho se chocarão com o governo municipal e esgotarão suas ilusões no PT.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

## Política econômica do PT/Lula atolada pelas diretrizes do imperialismo

A elevação das taxas de juros em mais meio ponto, o aumento da taxa sobre a classe média e o resultado das contas do governo em 2004 revelam a impotência da política econômica do governo do PT/Lula mesmo em condições extremamente favoráveis.

No ano passado, devido a condições particulares do mercado mundial (disputa entre as potências, aumento do comércio internacional, desvalorização do dólar), as exportações brasileiras cresceram num fortíssimo ritmo, particularmente no que se refere ao agronegócio. O saldo na balança comercial, de mais de 33 bilhões de dólares, injetou dinheiro na economia e contaminou setores da indústria interna, como a automotiva, de máquinas e de insumos. O resultado médio final resultou num crescimento relativo estimado da economia de cerca de 5%, segundo o governo. Ainda como consequência desse elemento, conjugado com a política econômica de cortes de investimentos governamentais, o saldo das contas do governo atingiu os 11 bilhões de dólares.

Enquanto isso, a dívida pública cresceu, atingindo o recorde de 811 bilhões de reais. As pressões sobre a inflação continuam, mesmo com as tendências de queda no valor do dólar. O aumento da taxa sobre a classe média e a elevação das taxas de juros são a resposta do governo do PT/Lula a esses problemas. Para compensar o aumento do endividamento público, o governo mudou as regras do imposto de renda dos profissionais liberais, que trabalham como pessoas jurídicas (microempresa), instituindo o desconto na fonte a taxas de mais de um terço do ganho nominal. Para responder às pressões inflacionárias e aos interesses das burguesias, o governo aumentou as taxas de juros novamente, causando ainda mais descontentamento de parcela da burguesia vinculada à indústria e ao mercado interno.

Mas quais são as consequências dessas medidas, e quais são as tendências da economia mundial?

O comércio internacional, que cresceu cerca de 18% em 2004, vem dando sinais de que tende a se acomodar. Os preços das matérias-primas, principal elemento das exportações brasileiras, tem apresentado tendência de queda, movida pela superprodução. Os exportadores brasileiros não têm como manter o crescimento do ano passado, pelos obstáculos que surjem no mercado internacional de um lado, e pelos outros que são inerentes à economia interna: estrangulamento das vias de exportação, dos locais de armazenagem, das vias de acesso aos portos e do sucateamento destes, limites da desvalorização do dólar impostos pelo governo a mando do capital financeiro.

Os sucessivos aumentos das taxas de juros tendem a bloquear o incipiente crescimento (na verdade, boa parte assenta-

do na ativação de capacidade ociosa existente). A economia nacional, represada há duas décadas pela crise mundial capitalista e pelas medidas recessivas, não tem como expressar crescimento sem desequilibrar a política monetária calcada no investimento especulativo externo.

A maior taxa sobre a classe média é uma necessidade da política econômica governamental. O aumento dos juros fará com que a dívida pública aumente ainda mais. Para compensar o crescimento dos encargos com o endividamento, o governo optou por taxar a classe média. Como as tendências de crescimento da dívida pública são mantidas, essa medida não passa de paliativo.

Politicamente, as medidas econômicas contribuem para ampliar a divisão interburguesa. As tendências de insolvência governamental preocupam frações burguesas que avaliam que o PT/Lula não serão capazes de administrar a crise convulsiva da falência das contas públicas. O aumento dos juros coloca todo um setor capitalista em choque com o governo. Lula e sua equipe econômica se sustentam no apoio do capital financeiro, do agronegócio e das oligarquias regionais favorecidas com uma série de medidas que lhes concedem uma fatia do orçamento. Apesar da campanha opositora das frações burguesas descontentes, o PT/Lula ainda contam com o apoio do imperialismo, manifestado em uma série de declarações, artigos e avaliações de organismos internacionais favoráveis ao governo, e, principalmente, no colaboracionismo das direções sindicais, que alimentam as ilusões das massas no governo petista, e arrastam os movimentos a se subordinarem às frações burguesas em choque. A colaboração da burocracia sindical se encarrega de anular qualquer independência política dos sindicatos e submeter as reivindicações das massas às demandas capitalistas.

Destaca-se, na situação, o fato de que, numa situação extremamente favorável economicamente (e que não se repetirá), o governo se mostre incapaz de dar qualquer passo nas prometidas reformas do governo “democrático e popular” do reformismo, manter ou reduzir os juros, ampliar investimentos, reduzir a carga tributária ou facilitar os investimentos na produção interna. Ao contrário, teve de tomar medidas recessivas. Neste ano, tudo indica que não se repetirão os mesmos fatores econômicos favoráveis. O governo terá de aprofundar sua política econômica de destruição das forças produtivas, o que resultará em maior divisão interburguesa e, para as massas, em aumento da opressão e da exploração. A defesa das reivindicações e da independência de classe se colocam como centrais para preparar as massas para enfrentar a ofensiva capitalista que se desencadeará pelo governo do PT/Lula.

## **Ofensiva da direita burguesa sobre o governo do PT/Lula**

O aumento da divisão interburguesa tem se expressado na organização de setores capitalistas enquanto oposição burguesa ao governo, capitaneada pelo PSDB e por setores do PFL. As pressões das frações burguesas se manifestaram anteriormente na deposição do presidente do BNDEs, de forma a colocar os recursos do banco estatal em suas mãos, impedindo que fossem destinados a projetos alimentados pelo reformismo petista ou por nacionalistas herdeiros do varguismo. O Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, exigiu a demissão de toda a direção da Embrapa, que desenvolvia projetos voltados a pequenos agricultores, para colocá-la a serviço exclusivo dos grandes produtores. Nas últimas semanas, a direita burguesa tem se utilizado da imprensa para manifestar suas críticas ao projeto de Reforma Universitária do governo.

As principais críticas da burguesia estão voltadas a preservar os interesses dos capitalistas da educação e a política educacional aplicada durante o governo de FHC. Por isso, atacam o aumento de recursos para as universidades federais; insistem na necessidade de distribuição de recursos segundo a avaliação de re-

sultados e o incentivo à competição; enaltecem o mérito como critério de exclusão no ingresso ao ensino superior, e para todo tipo de avaliação e constituição hierárquica no interior das universidades; combatem qualquer limite para a ação das fundações privadas; condicionam a expansão de vagas ao crescimento da rede privada de ensino.

Com a campanha, pretendem influenciar sobre a reforma universitária em discussão, para torná-la mais claramente sucateadora do ensino público e favorecedora do ensino privado. A direita burguesa não admite a vacilação do governo do PT/Lula em colocar em marcha as medidas de favorecimento da mercantilização do ensino. Pretende influenciar governo e parlamentares a modificar o projeto, livrando-o do palavreado demagógico voltado a obter apoio de setores dos movimentos sociais às medidas privatizantes.

O governo do PT/Lula tem se mostrado incapaz de responder aos ataques da direita burguesa, tanto na reforma universitária como nas demais questões. A incapacidade do governo vem de sua constituição (um governo burguês), de seus compromissos (aval do imperialis-

mo e aliança com frações da burguesia nacional) e da sua política (reformismo impotente diante da desintegração do capitalismo, assume posições pró-imperialistas).

A proposta de reforma universitária do governo do PT/Lula tem como essência o favorecimento do ensino privado em detrimento do público. Até mesmo quando faz demagogia com palavreados como inclusão social, controle social sobre a universidade etc., nas medidas concretas, favorece os capitalistas. A chamada inclusão social, por exemplo, é feita por meio de compra de vagas ociosas nas faculdades particulares.

A crítica da direita burguesa não pode ser respondida pelo governo do PT/Lula porque não difere na essência da sua proposta. Não pode se apoiar nas pressões dos movimentos sociais contrários à Reforma. Fatalmente, terá de se submeter à direita burguesa com a inclusão de pontos reivindicados a serem encaminhados ao parlamento.

Os movimentos dos que estudam e trabalham na universidade têm de se unir aos explorados para combater de conjunto as reformas antinacionais e antipopulares empunhadas pelo governo de traição do PT/Lula.

## **Direita burguesa ataca a Reforma Universitária e exige mais clareza no favorecimento dos capitalistas**

A campanha da direita burguesa de crítica à Reforma Universitária do governo do PT/Lula tem como principais pontos:

1) "Falta de projeto estratégico". Para os capitalistas, não há uma definição clara em favor de universidades como "centros de excelência", que agrupem as chamadas "melhores cabeças" para desenvolver a pesquisa, ao mesmo tempo em que não se coloca o ensino fundamental como prioridade de investimento público, deixando o ensino superior entregue ao capital. A direita burguesa insiste que o mérito é peça chave no desenvolvimento do ensino e pesquisa uni-

versitários. E que a concorrência deve ser estimulada. O fato é que "mérito" quer dizer melhor condição material, e concorrência é o favorecimento dos que têm essa melhor condição sobre os demais. A exigência de destinação de verbas públicas para onde se encontra o maior gargalo educacional, o ensino médio, não tem outro propósito: tornar mais fácil a exploração do ensino superior pelos capitalistas da educação.

2) Autonomia e controle social. A burguesia reclama da possibilidade de avaliação externa sobre a universidade particular, o que poderia gerar limites na atuação da chamada iniciativa privada

sobre o ensino superior ou, pior ainda, expor os ganhos com a exploração da educação. Mas exige a avaliação sobre a universidade pública, com o propósito de cortar recursos e submeter ensino e pesquisa a parâmetros externos.

3) Possíveis limitações ao capital. Ao colocar o ensino privado como uma concessão pública, o projeto não dá absoluta liberdade de exploração da educação. A direita reivindica total liberdade de mercantilização da educação.

4) Gestão. O projeto do governo institui a eleição do reitor, preservando a maioria da decisão para a burocracia universitária, que é instrumento gover-

namental e do poder econômico sobre a universidade. Mas a direita burguesa não admite nem isso: quer a indicação sem submeter a escolha às divisões interburocráticas de cada universidade.

5) Expansão de vagas. A direita critica o aumento de verbas às universidades federais e reivindica investimento público não no ensino superior, mas na educação fundamental, financiamento de mensalidades para carentes, estímulo ao crescimento da rede privada e suas vagas. Ou seja, quer subsídios governamentais para que possa preservar a acumulação e valorização do capital.

6) Novas tecnologias. Os capitalistas querem a possibilidade de aumentar a exploração da educação com o uso em larga escala das novas tecnologias,

como ensino à distância, telensino, internet etc. Pretendem ver no projeto do governo estímulos ao uso desses meios.

7) Financiamento. A direita quer a total liberdade de busca de financiamento pelas universidades, por isso reclama das limitações impostas às fundações privadas. Critica o aumento de verbas para as federais, que, dizem, deveriam ser empregadas na melhoria do ensino fundamental, e no financiamento da rede privada. Expressam também com isso a necessidade de ampliar o uso de recursos regionais em benefício próprio, já que o ensino básico tem sido municipalizado, tomando mais recursos das prefeituras.

A essência das críticas da direita burguesa vão no sentido de tornar o projeto

mais radical na defesa do ensino privado.

Os movimentos dos que estudam e trabalham nas universidades, os trabalhadores da educação e estudantes do ensino fundamental têm de se unir para combater a Reforma Educacional do governo do PT/Lula, empunhando as bandeiras de ensino público e gratuito em todos os níveis e para todos, com livre acesso (o que pressupõe o fim dos vestibulares), estatização sem indenização de toda a rede particular de ensino sob controle dos que estudam e trabalham, ensino público único, laico e vinculado à produção social, atendimento das reivindicações de professores e funcionários, emprego e lazer para a juventude (jornada de 4 horas de trabalho).

## Campanha dos empresários contra aspectos da reforma universitária

O PSDB e empresários da educação abriram fogo contra a reforma da educação do governo PT/Lula, alegando defesa da autonomia universitária. Os pontos centrais do ataque:

1º) Rejeitam qualquer controle sobre a instituição privada; 2º) não admitem mais verbas e vagas para as escolas públicas; 3º) condenam o critério de 30% para a participação do capital estrangeiro no controle da instituição particular; 4º) repudiam a cota de 50% das vagas em universidades federais reservadas para estudantes do ensino público; 5º) eleição direta para Reitor e redução do poder da burocracia nos órgãos colegiados, nem pensar.

A campanha sobre esses pontos é orquestrada pelo jornal "O Estado de São Paulo". No seu editorial (17\1) – "O ranço ideológico do MEC" – apregoa a derubada de pontos do Projeto. Ecoa a reunião do Fórum Nacional da Livre Iniciativa na Educação (13\1), que considera a reforma como "ranço ideológico" contra o ensino privado.

Na edição de 20\1, o ex-ministro da educação, Paulo Renato (PSDB), dá continuidade à campanha empresarial. Ao lado de seu artigo, há um outro – "Reforma na educação superior?", de Cláudio de Moura Castro e Simon Schwartzman, que se esmeram na defesa da liberdade dos empresários explorarem a educação e terem total controle de suas proprieda-

des, como manda o direito capitalista. Quatro dias depois (24\1), vem o artigo do professor de filosofia Denis Lerrer Rosenfield – "O desmonte da universidade" – chega ao cúmulo de repetir o absurdo ideológico de Paulo Renato de que a reforma de Tarso Genro é uma "reedição tardia do controle soviético ...". Falam como se a reforma implantasse um controle real com a participação de movimentos e organizações sindicais. A autonomia reivindicada pelos empresários e seus porta-vozes é a da propriedade privada de negócios.

Ocorre que os empresários não admitem nenhum obstáculo à liberdade capitalista de explorar a educação, mesmo que seja apenas uma ameaça sem futuro. No artigo "Deforma Universitária" (27/1), Roberto Macedo condena a reforma por ser uma "violência à iniciativa e à natureza não-governamental dessas instituições" e considera que atribui "privilégios orçamentários conferidos às universidades federais sem contrapartida de desempenho".

Em toda essa campanha não se toca num ponto essencial da reforma: o ProUni. A compra de vagas nas escolas particulares, que têm 40% de ociosidade, isto sim é uma maravilha. Os capitalistas da educação deixarão de pagar impostos e terão sua ociosidade (prejuízo) preenchida (maior lucro). Os velhacos vendi-

dos e a grande imprensa não podem elogiar um dos maiores presentes que o governo do PT dá aos empresários porque não admitem a menor sombra de controle sobre seus negócios.

O jornal Estado de São Paulo, depois de ter feito uma ampla campanha, permitiu que o ministro Tarso Genro tivesse um pequeno espaço para fazer sua defesa. Começa seu artigo "Reforma democrática e republicana" defendendo a exploração do ensino pelos capitalistas. Diz: "o Ministério da Educação reconhece a importância da iniciativa privada na educação superior" (...) "o MEC reconhece que a Universidade privada é, antes de tudo, uma necessidade". Frente a essa postura subserviente, não poderia deixar de fazer demagogia afirmando que o "preceito básico que a educação não é mercadoria, é bem social, e é obrigação do Estado zelar pelos interesses de toda a sociedade". Em resposta à questão de que a criação dos Conselhos Comunitários Sociais fere a autonomia universitária, uma vez que impõe controle externo às faculdades particulares, o Ministro explica que tal Conselho é apenas opinativo e não controlador. Em suas palavras: "a proposta da criação de um Conselho Comunitário Social visa a ouvir a nossa sociedade organizada. Esse Conselho encaminhará subsídios para a fixação de diretrizes e para a política geral da uni-

versidade. É um órgão consultivo, não deliberativo". Enfim, vem prestar contas aos empresários, para convencê-los de que seu projeto assegura os negócios da educação. As novas vagas prometidas para as universidades federais, as vagas reservadas para estudantes da escola pública (50%) e outros aspectos servem de máscara para a compra de vagas nas escolas privadas. Chama atenção o fato do artigo de Tarso Genro sequer mencionar o ProUni, como fazem os empresários da educação.

O Ministro quis mostrar que os donos de escola estão fazendo uma tempestade num copo d'água com a campanha de que a reforma fere o direito à propriedade capitalista e a autonomia dos empresários tocarem seus negócios na educação como bem entenderem. Tarso Genro já se dispôs a negociar com o lobbie dos empresários da educação mudanças em aspectos que por ventura não deixem claro o direito de mercantilizar o ensino. O ProUni, que foi editado por Medida Pro-

visória, para que se implantasse antes da votação do projeto integral da Reforma, previa inicialmente 10% de vagas para os estudantes pobres em troca de isenção fiscal. Os empresários exigiram que fossem apenas 8% a partir de 2006. O governo cedeu. As escolas particulares, pertencentes às Igrejas, consideradas comunitárias e filantrópicas, deixam de ter a exigência de 20% de bolsas e ganham com o ProUni com os 8%. Não pode deixar de se dizer que uma boa parte das bolsas não é integral. O ProUni é a forma que o governo encontrou para dar dinheiro público para os capitalistas da educação. Não é por acaso que os exploradores da educação e seus porta-vozes não reclamam desse presente de Tarso. Querem o ProUni para preencher as vagas ociosas, mas não querem nenhum controle, mesmo que de fachada, sobre seus negócios. Chamam as negociatas com o ensino de autonomia universitária. Não aceitam nenhuma esmola do governo às universidades federais, porque querem avançar

ainda mais o domínio privado sobre o sistema de ensino superior.

Lula reagiu aos ataques do empresariado dizendo que a reforma é uma oportunidade para os pobres terem acesso às escolas superiores. Utiliza a contrariedade dos empresários para comparecer diante dos estudantes como criador de um projeto progressista. Acoberta com o populismo o fundamento privatizante da reforma. As contradições no seio da reforma, entre o populismo governamental e os objetivos empresariais, não devem obscurecer nossa visão sobre o caráter mercantilista da reforma.

O movimento independente contra a reforma privatista – o ProUni é sua essência – deve ser claro na defesa do ensino público, gratuito, científico, vinculado à produção social e controlado por quem nele trabalha e estuda. O controle da educação pelos trabalhadores da educação e estudantes, portanto, a autonomia universitária, virá com a luta pelo fim do controle empresarial do ensino.

## Fórum Social Mundial

# Manifesto do Partido Operário Revolucionário

O Fórum Social Mundial está em crise e a atual reunião pode dar início a seu definitivo esfacelamento. Não há nada de misterioso na crise deste Fórum celebrado pela intelectualidade pequeno-burguesa do mundo inteiro como sendo a "alternativa" ao neoliberalismo imposto pelo G7. Não há saída para impasse de uma política incapaz de combater o capitalismo e enfrentar o imperialismo.

Precisamente, a pequena-burguesia espremida pela decomposição capitalista, que degrada suas condições de vida e na ausência de um vigoroso movimento proletário que mantivesse acesa a chama do socialismo-, apressou-se a exaltar as potencialidades emancipadoras do Fórum Social Mundial.

Contudo, o simples barulho da pequena-burguesia reformista não pode alterar a natureza capitalista e imperialista das relações sociais, econômicas e políticas. Não faz senão esconder o essencial de nossa época: o capitalismo não é renovável e as massas oprimidas têm de combater a barbárie com a revolução social.

Sob o impacto da crise mundial, o governo reformista do PT – o maior emble-

ma deste amontoado de organizações e de burocratas reunidos no FSM- mostrou-se abertamente pró-imperialista, ou seja, na prática, mostrou que o "outro mundo possível" do FSM é o velho e carcomido capitalismo putrefato. Mostrou que a pequena-burguesia que gosta de fazer passeata contra o G7, quando chega ao governo, comporta-se como obediente carneirinho do Estado burguês e da democracia dos exploradores.

Esta é a razão da crise do FSM. Uma superestrutura de pacifistas e reformistas, financiados por instituições burguesas, inclusive pelo imperialismo, tentando formular uma "alternativa" ao neoliberalismo e ao socialismo. A explicitação do caráter pró-imperialista do reformismo petista liquida qualquer fundamento dos devaneios dessa camada social acuada e amedrontada frente à desintegração do capitalismo e à ofensiva militar das potências. Tenta fugir do neoliberalismo sem se colocar pela política proletária de derrocada do capitalismo e edificação do socialismo.

Certamente que as organizações que compõem o Fórum serão incapazes de

condenar a política entreguista e antipopular do governo Lula, o que os colocará em contradição com as massas oprimidas. Serão incapazes de condenar o intervencionismo pró-imperialista do governo Lula no Haiti, que se choca com o princípio democrático da autodeterminação dos povos. Não serão capazes de condenar e combater as reformas neoliberais do governo PT/Lula.

A juventude e os trabalhadores iludidos pela algazarra do FSM não devem perder nem mais um segundo do seu tempo apoiando esta miragem insequente. Para se opor verdadeiramente ao capitalismo putrefato é necessário se alinhar por detrás da política revolucionária do proletariado.

O Partido Operário Revolucionário chama os trabalhadores, os camponeses e a juventude, que despertam para a luta contra o capitalismo, a se organizarem sob a bandeira da revolução e ditadura do proletariado e pela construção do partido internacional da revolução, a IV Internacional.

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2005.  
Partido Operário Revolucionário



## Rio Grande do Sul

### Ao Encontro Nacional da Conlutas

### Ao II Encontro Nacional Contra a Reforma Universitária

# Construir uma frente única de ação direta e de combate à burocracia sindical

A situação exige que as correntes de esquerda e movimentos, que se colocam contra a política pró-imperialista do governo PT/Lula e que rechaçam a estatização dos sindicatos e da CUT, constituam uma frente única de ação direta e de combate à burocracia sindical.

O governo Lula age claramente contra os trabalhadores e protege o grande capital. A burocracia sindical cutista e não cutista serve às medidas antinacionais e antipopulares do governo. O apoio da burocracia sindical ao governo e a paralisia imposta ao movimento operário são facilitados pelas ilusões despertadas entre as massas exploradas. Ao mesmo tempo, uma camada da vanguarda perde as ilusões frente a um governo que ajudou criar e que imediatamente se definiu como submisso às forças burguesas do Estado, aos partidos oligárquicos, aos lobbies e, sobretudo, ao capital internacional.

A tarefa que se coloca é de ajudar os trabalhadores e a juventude a superarem as ilusões no PT e seu governo. Não se pode confundir a quebra das ilusões de uma camada, incluindo as correntes de esquerda que trabalharam pela vitória de Lula, com a consciência das massas. O PT e seu governo, apoiado pela burocracia sindical, ainda não sofreram resistência de uma parcela significativa da classe operária, da juventude e de demais trabalhadores. Está aí por que é necessário exigir que o governo cumpra suas promessas de milhões de empregos, reforma agrária, proteção à juventude trabalhadora e fim da fome.

O governo PT/Lula já deixou evidente que não só não irá cumpri-las como atacará a vida da maioria, como fez com a Reforma da Previdência, como está fazendo com a reforma privatizante da educação e como fará com a reforma trabalhista. Entretanto, a maioria oprimida ainda não tem claro o papel traidor do PT. É preciso que façamos denúncias de cada ato antipopular, tomemos a aspiração dos trabalhadores que acreditaram e acreditam que o governo Lula modificará para melhor suas vidas e levantemos as reivindicações de emprego, salário, terra, fim das reformas neoliberais e ruptura com o imperialismo.

Uma frente única contra o governo e a burocracia sindical que o apóia poderá ajudar as massas a abreviarem suas ilusões e transformarem o descontentamento em

ação direta por suas reivindicações e contestação à política governamental. A Conlutas e a Conlute, ao organizarem manifestações contra as reformas, compareceram como frente única. Esse caráter deve ser reforçado e aperfeiçoado organizativamente, constituindo comitês de frente única em todo o país, apoiando-se em um conjunto de reivindicações que contraponha os explorados à burguesia, ao governo e à burocracia sindical.

A defesa do emprego, salário, terra, fim das reformas neoliberais e rompimento com o imperialismo constituem um ponto de partida para o combate contra esse governo e para desenvolver a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Isso é o que Partido Operário Revolucionário (POR) defende para a Conlutas e a Conlute.

O que não é aceitável é fazer da Conlutas e Conlute instrumentos de desfiliação da CUT e da UNE. A posição de criar uma nova Central Sindical e Estudantil está na contramão da tarefa de combater a burocracia sindical cutista e não cutista.

A estatização dos sindicatos e a limitação da democracia sindical, quando não de sua eliminação, é um fenômeno generalizado que expressa o domínio da burguesia e o papel da burocracia corrompida de servir aos interesses do grande capital. O processo de estatização da CUT prova isso. Foi sendo burocratizada gradativamente. Seguiu os passos de constituição do PT como um partido da ordem capitalista. O apoio que hoje dá ao governo Lula resulta da direção partidária do reformismo petista, que se transformou em ferramenta obediente ao imperialismo. Há uma evidente conexão entre a burocracia dominante e o PT.

É um erro achar que a burocratização e estatização da CUT se devem ao atual governo. Sob o mandato de FHC, a CUT (e a UNE) se mostrou subserviente. Refletiu a política do PT de assegurar a estabilidade do governo, fazer uma oposição propositiva, portanto, acatar as decisões do Parlamento controlado pela aliança PSDB/PFL/PMDB. Não se deve esquecer que a direção da CUT e Lula atuaram decisivamente para quebrar a greve dos petroleiros (1995) e garantir a governabilidade de FHC, que iniciava a implantação do Plano Real, dos planos de privatização e reformas ditadas pelo FMI. Lembremos que uma parcela das correntes de esquerda manteve seu apoio ao PT e desenvolveu

uma política de aproximação com alas da burocracia sindical.

O POR assinalou a traição da burocracia e do PT. E criticou as esquerdas que iludiam os explorados com a bandeira de um governo dos trabalhadores do PT. Agora, que o governo do PT se mostra reacionário e que a burocracia impulsiona uma reforma sindical para proteger o aparato estatizante dos sindicatos, o PSTU propõe que a Conlutas e a Conlute se tornem um meio para constituir uma nova Central. Abandona-se o campo de luta contra a burocracia no interior da CUT, que mantém sob seu controle a maioria dos sindicatos e sindicatos operários estratégicos, para se constituir um novo aparato sem possibilidade de se levantar como uma força contraposta à burocracia e como dirigente de um importante contingente de trabalhadores. Ao contrário, os sindicatos sob o controle de correntes de esquerda, que estão sendo desfiliações da CUT, têm um papel importante na luta interna contra a direção petista.

Está colocada a constituição de uma frente revolucionária das correntes e ativistas, organizando uma oposição programática, pela independência dos sindicatos e CUT (UNE) frente ao governo e implantação da democracia proletária. É preciso um trabalho de oposição sistemática no interior da classe operária contra a burocracia, constituindo organismos de base que se contraponham aos aparatos burocratizados. A ruptura com a CUT (UNE) deixa sob o controle da burocracia a maioria assalariada e dificulta ainda mais o combate pela derrocada das direções traidoras. O rompimento com a CUT a despeito das massas não enfraquece a burocracia e as relações estatizantes dos sindicatos.

O fato dos defensores da desfiliação não proporem a ruptura em todos os sindicatos e promoverem apenas naqueles que estão sob seu controle demonstra vacilação na sua política de construção de uma nova Central. Trata-se de uma tática que expressa a fraqueza da posição de ruptura frente ao controle da burocracia sobre os trabalhadores. A idéia de que é um movimento que começa por uma pequena parcela de sindicatos e que ganhará força no futuro é subjetiva. Vemos que os proponentes, que têm uma pequena força no sindicalismo, não fizeram uma oposição revolucionária capaz de fortalecer um pólo classista no in-

terior do CUT. Enganam-se, na nova situação em que o governo é do PT, com a possibilidade de combater a burocracia estando fora da CUT e livrando seus sindicatos da reforma sindical (sindicato orgânico).

Tudo indica que a experiência que os trabalhadores estão fazendo com o PT e sua burocracia facilitará o trabalho revolucionário no interior dos sindicatos cutistas e da própria CUT. O problema está em aprovei-

tar as contradições para ir colocando cunhas entre a direção burocrática e as bases trabalhadoras. Essas cunhas são as reivindicações dos explorados, a luta contra o entreguismo pró-imperialista e a estratégia da revolução socialista. No interior da CUT e de seus sindicatos, bem como no movimento estudantil, a Conlutas e a Conlute poderão desenvolver o combate pela independência e democracia operária. Com um plano de reivindicações, com o método

da ação direta e com princípios de independência sindical frente à burguesia e seu governo, a Conlutas poderá reunir as correntes em uma oposição revolucionária.

O POR se coloca por atuar na Conlutas e Conlute, constituir a frente única e pôr em pé uma oposição revolucionária. Coloca-se no sentido de evitar o erro de romper com a CUT e UNE. Coloca-se por constituir uma fração revolucionária no interior dos sindicatos e da CUT.

## Aniversário da morte de Lenin

# Um exemplo de dedicação revolucionária

O dirigente da Revolução Proletária na Rússia, Lênin, morreu no dia 25 de janeiro de 1924. Depois de 81 anos, o leninismo continua vivo. O Partido Operário Revolucionário se apóia no pensamento revolucionário desse dirigente para pôr em pé o partido bolchevique em nosso país. Na Revista Socialismo Científico n.3, dedicada Lênin, o POR diz:

Lênin, em sua vasta obra, desenvolveu exaustivamente a teoria da revolução proletária, sem se afastar um milímetro das premissas do socialismo científico de Marx e Engels. E teve a virtude histórica de ser o maior arquiteto da construção do partido revolucionário, o Partido Bolchevique. Dentre as premissas do marxismo, desta-

cou-se por dar um salto nas formulações da concepção estratégica da ditadura do proletariado e do internacionalismo revolucionário. Esses dois princípios guiam todo o pensamento leninista e todos os passos dados pelo partido bolchevique.

(...)Se é algo que Lênin se empenhou para deixar totalmente claro, é a função da ditadura do proletariado e do internacionalismo. Nunca escondeu ou vacilou quanto à compreensão de que o proletariado só poderia chegar ao poder e mantê-lo se destruísse a ditadura de classe da burguesia e estabelecesse sua própria ditadura de classe. Enquanto a primeira é a ditadura da minoria contra a maioria para sustentar

o regime de exploração do trabalho e de miséria das massas, a ditadura do proletariado é o poder da maioria explorada contra a minoria exploradora. A violência estatal da ditadura do proletariado só tem sentido porque as classes continuam existir na fase de transição e a burguesia continua a organizar a contra-revolução.

A revolução proletária em qualquer que seja o país não pode se enclausurar nas fronteiras nacionais. O comunismo é uma forma de produção e distribuição superior ao capitalismo e, por isso mesmo, tem de ser implantado em escala internacional.

Reproduzimos abaixo a homenagem de Trotsky no dia de sua morte.

## Lenin morreu (texto de Leon Trotsky)

Lenin morreu. Lênin já não existe. As leis obscuras que regulam o funcionamento da circulação arterial puseram termo a essa existência. A arte da medicina se viu impotente para operar o milagre que dela se esperava apaixonadamente, que dela exigiam milhões de corações.

Quantos homens haverá entre nós de boa vontade e sem hesitação teriam dado o sangue até a última gota para reanimar, para regenerar o organismo do grande chefe, de Lênin Illitch, o único, o inimitável? Mas não havia milagre possível, aí onde a ciência era impotente. E Lênin morreu. Estas palavras caem sobre nossa consciência de uma maneira terrível, tal como o rochedo gigante cai no mar. Poderá acreditar-se?

A consciência dos trabalhadores do mundo inteiro não vai querer admitir esse fato, pois o inimigo dispõe ainda de uma força considerável; o caminho a percorrer é longo; a tarefa grande; a maior que jamais foi empreendida na História, não está terminada; pois Lênin é necessário à classe operária mundial, indispensável como talvez jamais alguém o tenha sido na história da humanidade.

O segundo ataque da sua doença, muito mais grave do que o primeiro, durou

mais de dez meses. O sistema arterial, segundo amarga expressão dos médicos, não cessou de "brincar" durante todo esse tempo. Terrível brincadeira em que se jogava a vida de Illitch. Podíamos esperar uma melhoria e quase que uma cura absoluta, mas também podíamos esperar uma catástrofe, que se produziu. O regulador cerebral da respiração recusou-se a funcionar e apagou o órgão do genial pensamento.

Perdemos Illicht. O Partido está órfão, a classe operária está órfã. É, acima de tudo, o sentimento que temos ao ouvir a notícia da morte do mestre, do chefe.

Como iremos prosseguir? Encontraremos o caminho? Não iremos nos perder? Porque Lênin, camaradas, já não se encontra entre nós...

Lênin já não existe, mas temos o leninismo. O que havia de imortal em Lênin – os seus pensamentos, o seu trabalho, o seu método, o seu exemplo – vive em nós, neste partido que criou, neste primeiro Estado operário à cabeça do qual se encontrou e que ele dirigiu.

Neste momento, os nossos corações estão invadidos por esta dor tão profunda, porque todos nós fomos contemporâneos de Lênin, trabalhamos a seu lado, estudamos na sua escola. O nosso Partido é o leninismo

em ação. O nosso Partido é o chefe coletivo dos trabalhadores. Em cada um de nós vive uma parcela de Lênin, o que constitui o melhor de cada um de nós agora.

Como avançaremos a partir de agora? – Com o facho do leninismo na mão. Encontraremos o caminho? Sim, através do pensamento coletivo, da vontade coletiva do partido, o encontraremos.

E amanhã, e depois de amanhã, daqui a oito dias, daqui a um mês, nos interrogaremos mais ainda: será possível que Lênin já não exista? Durante longo tempo esta morte nos parecerá um capricho da natureza, inverossímil, impossível, monstruoso.

Que este sofrimento cruel que sentimos, que cada um de nós sente no coração ao se lembrar que Lênin já não existe, seja para nós um aviso diário: lembremo-nos que a nossa responsabilidade é agora muito maior. Sejamos dignos do chefe que nos instruiu!

No sofrimento e no luto, cerremos fileiras, aproximemos os nossos corações, agrupemo-nos mais estreitamente para as novas batalhas!

Camaradas irmãos, Lênin já não está entre nós. Adeus Illitch! Adeus chefe!...

*Estação de Tiflis, 22 de janeiro de 1924.*

## Fortaleza-CE

# O que será a administração Luizianne Lins

### A quem servirá o novo governo municipal

Luizianne chegou à prefeitura com 56% dos votos válidos. As massas deram seu voto ao PT que canalizou o imenso descontentamento popular com a gestão do PMDB, Juraci Magalhães, que reprimiu estudantes, servidores públicos, promoveu toda sorte de corrupção e banditismo, favoreceu empresas, aliados políticos, familiares etc. Entretanto, a plataforma política do PT, antes mesmo de chegar à prefeitura já era a de colaboração de classe com a burguesia, defesa da propriedade privada, administração da crise e nenhuma contraposição às diretrizes econômicas do governo Lula/FMI. Na escolha do secretariado, mostrou que não tem pudores em assimilar homens da era Tasso, como Alexandre Cialdini, ex-técnico da SEFAZ, que foi posto na secretaria de Finanças. Além disso, convocou o MST a fazer trabalho voluntário na limpeza de rios e lagos enquanto os salários do funcionalismo atrasam, e evita denunciar o governo federal, que centraliza os recursos dos municípios, repassando migalhas às prefeituras e canaliza o restante para o pagamento das dívidas externa e interna. Recentemente, os jornais noticiaram que mais de 5000 crianças não conseguiram matrículas na educação infantil (creche, jardim I e II) e no ensino fundamental no município. Luizianne se comprometeu a defender a municipalização do ensino, com isso, não pode denunciar que o caos nas escolas é consequência da reforma educacional continuada por Lula.

Para os que ainda tinham ilusões de que a Prefeita da DS (corrente que se reivindicou do trotskismo) pudesse fazer uma administração radical, a própria prefeita tratou de desmentir. Na entrevista a revista *Fale!*, nº 28, diz *“Não posso dizer que farei uma administração socialista. Se eu dissesse isso, eu estaria enganando o povo. Numa sociedade global na estrutura capitalista, não se conseguiria implementar uma linha socialista no Brasil. Quando fiz referência aos princípios socialistas, estava falando do princípio da justiça social — vamos estar sempre construindo as políticas públicas e políticas sociais que benefi-*

*ciem os mais excluídos. Um outro princípio é o da justiça fiscal — quem tem mais paga mais, quem tem menos paga menos. Assim, como princípios socialistas, nos referimos, exatamente, à solidariedade entre as secretarias municipais.”* Aí está o socialismo propagandeado pela DS, que não passa da mais pura colaboração de classe e adaptação ao capitalismo e o estado. O conteúdo político da nova gestão “socialista” da prefeitura do PT é burguês.

### A administração municipal do PT se submete à burguesia

Logo da nomeação do seu secretário, e da eleição para a mesa diretora da Câmara de Vereadores, viu-se que a Prefeita do PT/DS é refém das alianças com os partidos burgueses. A aliança PT-PSB, que elegeu a prefeita, teve se ser acrescida na administração da prefeitura de: PV, PC do B, PHS PCB, PDT e até o PPS de Ciro Gomes. Numa entrevista à revista *Fale!*, nº28, perguntada sobre os outros partidos, admitiu a possibilidade de uma aproximação: *“Nós temos que começar com quem participou da campanha, porque o PMDB, o PFL, o PL, o PSDB, nenhum desses partidos teria afinidade com a nossa gestão — do ponto de vista de estar dentro.”* Deixa em aberto a possibilidade porque, ao chegar à administração do estado em crise e assumir suas pressões, precisa adquirir governabilidade, o que só é possível sob a política de alianças com os corruptos partidos burgueses. A dependência do PT frente os partidos burgueses é reforçada pelo seu peso na Câmara de Vereadores. Em 41 cadeiras disputadas o PT conseguiu apenas 3 e, o que é pior, nenhuma da DS, o que obrigou Luizianne a negociar, em troca de cargos na prefeitura, a entrada do suplente Prof. Pinheiro, para assegurar uma liderança confiável na Câmara. A soma das cadeiras dos partidos aliados é insuficiente para garantir maioria. Na primeira prova de fogo da prefeita, a eleição para a presidência da Câmara, chegou ao ponto de ter de apoiar a candidatura do ex-articulador político de Juraci Magalhães, Tim Gomes (PHS) contra Carlos Mesquita (PMDB). A vitó-

ria do primeiro, longe de significar o fortalecimento da prefeita, a empurra a selar alianças com parte do PMDB e o PSL para poder governar.

### É preciso organizar os movimentos em torno das reivindicações vitais e defender a independência política frente à prefeitura

Já no 2º turno, Luizianne recebeu apoio do movimento sindical, popular e dos estudantes. Logo que chegou à Prefeitura, o PT iniciou uma campanha pela formação dos Conselhos Populares, (MCP – Movimento dos Conselhos Populares). Assim, procura se apoiar nas massas, com a propaganda de gestão popular, orçamento participativo etc, não para defender suas reivindicações, mas para conseguir um ponto de apoio frente as negociações com os grupos capitalistas e os partidos burgueses na Câmara. Os movimentos estatizados tendem a abrir mão de suas reivindicações para servir de quinta coluna da administração burguesa do PT. É preciso que os explorados se organizem no movimento sindical, estudantil e inclusive nos conselhos populares, que garantam a independência política e levem suas reivindicações para defendê-las nas ruas e exigir da prefeita Luizianne não apenas que as apóiem, mas que as implementem imediatamente.

Defendamos:

\* reajuste salarial do funcionalismo que cubra as perdas da inflação do plano real!

\* que a prefeitura rompa com a lei de responsabilidade fiscal e com a atual distribuição de recursos no FPM (fundo de participação dos municípios).

\* que implemente o passe livre para estudantes e desempregados!

\* que estatize o transporte coletivo e acabe com o cartel de empresários do transporte colocando-o sob controle dos trabalhadores!

\*que cumpra suas promessas de campanha (aditivos para os professores, ascensão funcional, garantir moradias para as famílias das áreas de risco).

\* que rompa com o processo de municipalização do ensino!

## Professores-SP

# Só a luta poderá barrar o desemprego, o arrocho salarial e a eliminação de direitos trabalhistas

Não é de hoje que as condições de trabalho e ensino vêm piorando. A última resistência dos professores foi a greve de 2000, que impediu a reforma do ensino médio e expôs à população a política de fechamento de escolas, turnos, municipalização e a miséria salarial. O governo agiu com violência demitindo grevistas, cortando salários e fazendo recuar uma parcela de professores.

Após essa greve, a direção do sindicato não se contrapôs à ofensiva governamental com os métodos que são próprios dos trabalhadores. Poucas assembleias foram realizadas e, quando anunciadas, não havia uma campanha que ganhasse a confiança dos educadores da possibilidade de derrotar as medidas destruidoras da educação pública.

Alckmin aproveitou dessa fraqueza para impor um concurso onde os professores não puderam sequer questionar os critérios de correção e as denúncias de fraude foram abafadas. Em seguida, manteve a política de não reajustar os salários e impôs mais descontos à Previdência. No final do ano, lançou outro golpe sobre o magistério e os estudantes, que foi o fechamento de mais de uma dezena de escolas. Nas vésperas da atribuição, usou da demagogia, votação pelos diretores, para decretar a grade do ensino médio diurno. Os ataques do governo não páram aí. Virão a reforma sindical e trabalhista – corte de direitos e mais estatização das Centrais e sindicatos –, a reforma privatista do ensino superior e a implantação do Fundeb – que não passa de distribuição das verbas miseráveis que são destinadas ao ensino público.

Como se vê, os governos agem centralizadamente contra o ensino público. Alckmin, Serra e Lula implementam as orientações do FMI/Banco Mundial na educação, que têm como essência o aumento da privatização e redução do papel do Estado no sustento da educação. Os professores, ao contrário, estão dispersos por falta de uma direção verdadeiramente de combate às reformas governamentais.

### **A grade curricular do governo nada tem a ver com a nossa reivindicação**

A nossa campanha pela volta da grade curricular de 97 – seis aulas no diurno e cinco no noturno – é para o ensino fundamental e médio e envolve todos os períodos. O governo decretou uma grade que se limita ao ensino médio diurno. Como se vê, trata-se de uma manobra de Alckmin para não atender a nossa reivindicação. A

grande maioria dos alunos e professores é do fundamental e noturno. O governo quer parecer democrático concedendo o aumento da grade para o ensino médio diurno e evitar nossa luta. Na verdade, mantém as precárias condições de ensino para todos e penaliza ainda mais a maioria pobre e aqueles que trabalham.

A diretoria da Apeoesp considerou uma vitória. Não há nada de vitória na manobra do governo. É preciso denunciá-la. Isso porque a grade do governo sequer ameniza o desemprego que virá com o fechamento de escolas, redução de salas e superlotação.

Nesse sentido, a nosso combate é pela volta da grade de 97 para todos. Que seja atendida a reivindicação integral.

### **Combater o desemprego: redução da jornada, reajuste salarial, diminuição de alunos por sala e abertura de escolas**

Na atribuição de aulas é que sentimos de perto o desemprego e o subemprego. Esse ano, com todos esses problemas e a posse dos concursados, a situação se tornou mais grave. Não dá mais para reclamar no dia da atribuição e se acomodar com as migalhas que são oferecidas. Não dá mais para deixar que nossos colegas sejam desempregados sem que haja uma reação de todo o professorado.

A diretoria da Apeoesp vem com a conversa mole da “ação indenizatória” para aqueles que perderão o vínculo. Ou seja, assumir o desemprego e recorrer pela via da Justiça. O que significa confiar que a Justiça do Estado, que é parte do governo, dê ganho de causa aos desempregados. Está aí por que dizemos que se trata de uma direção frouxa e pró-governo. Não falamos aqui do CPP, Udemo e outras entidades porque estas são diretamente vinculadas ao governo.

Por isso, a nossa luta depende da unidade da classe e da derrota dessas direções burocráticas. Enfrentar o governo com os métodos que são próprios dos trabalhadores. Iniciar o ano letivo com mobilizações de rua, assembleias e com a disposição de ir à greve. Todas as reivindicações que conseguimos, e que hoje estão sendo retiradas, foram por meio das greves. A política da diretoria de “negociação” sem luta foi um fracasso. Não podemos cair nessa armadilha, porque quem ganha é o governo.

### **Assembleia em fevereiro**

Esperar o mês de fevereiro todo para

somente em meados de março realizar uma assembleia é favorecer o governo. O desemprego, a perda do vínculo, o subemprego, as jornadas estafantes, as salas superlotas atingirão os professores no início de fevereiro. A resposta que devemos dar deve ser imediata. Jogar para março é desmobilizar, dispersar os desempregados e deixar que o governo haja de mãos livres.

Exijamos da diretoria a convocação de reuniões abertas em todas as regiões na segunda semana de fevereiro. Campanhas intensas nas escolas por uma assembleia no final de fevereiro.

*Nada de dar trégua ao governo.  
A hora da luta é já.*

### **Numa só penada, o governo destrói 13 escolas públicas**

O governo aproveitou o final do ano e as férias para fechar escolas. Na Zona Norte, pôs fim a cinco escolas: Henrique Jorge Guedes, Cônego Luiz Biasi, Zuleika Ferreira da Costa Aguiar, Dona Jenny Klabin Segall e Frei Antônio Santana Galvão. Na Sul, Ilka Jotta Germano e Manuel Paiva. Na Leste, Galileu Menon, Monsenhor Passalacqua e Jacob Leib Lewin. Na Oeste, Thomaz Galhardo. Na Grande São Paulo, Octaviano de Mello e Aristides da Costa e Silva. Os argumentos são sempre os mesmos: não há matrículas. Falso. O governo foi aos poucos impedindo matrículas nessas unidades para justificar o fechamento.

A mobilização dos alunos e pais não foi suficiente para impedir a ação do governo. Durante mais de um mês, o governo enrolou com as “negociações com as comissões de pais, alunos e professores. Foram várias as manifestações dessas escolas nos bairros e em frente à Secretaria da Educação. Mas não houve a unidade com as demais escolas. O movimento ficou isolado e sofreu com a desmobilização do período de férias.

A nossa luta tem de ser pela reabertura dessas escolas e das que já foram fechadas, desde o início da reforma educacional, com a municipalização.

O governo fecha escolas para cortar gastos e compra vagas de escolas privadas, no ensino superior.

Lutemos juntos contra essa ação governamental. Levantemos a bandeira de escola pública, gratuita, laica, vinculada à produção social e estatização de todo o sistema de ensino, sob o controle de quem trabalha e estuda.

## Mossoró-RN

# Eleições para reitor – a política das correntes

### A posição da Governadora Vilma (PSB/PCdoB)

A governadora dissidente da oligarquia Maia e que se auto-intitula socialista, Vilma de Farias(PSB/PCdoB), tinha afirmado em declarações na Imprensa local que não abriria mão da prerrogativa da nomeação do Reitor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte(UERN). Isto significava que iria nomear um aliado seu, mesmo que perdesse a consulta à comunidade universitária.

A Governadora, na verdade, conheceu o problema que pode causar um adversário com a máquina da Reitoria. O professor Walter Fonseca(PV, ex-PMDB) empenhou-se em uma “quebra de braço” com o Governo do Estado, ambos tentando desgastar um ao outro, devido à disputa nas eleições para prefeito local.

A Governadora, que pousa de democrática, demonstrou sua verdadeira face própria da classe burguesa na fase imperialista de desenvolvimento do capitalismo. Já na prefeitura, Vilma de Farias demonstrava esse seu caráter ao pôr fim às eleições diretas para diretor nas escolas municipais e na recusa constante em não receber o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTE), dirigido inclusive pelo PT e PCdoB.

Agora, ao contrário de seu posicionamento anterior, Vilma de Farias disse na inauguração da Faculdade de Medicina à imprensa local, que iria respeitar a decisão da comunidade universitária. Na verdade, o que está acontecendo é que os grupos internos estão todos se movimentando para escolherem candidatos de sua inteira confiança, portanto, para a Governadora, tanto faz quem vença. O desgaste de sua declaração anterior poderia ser trocado pela atual sem prejuízo de seu objetivo político.

### A postura da esquerda oficial

A esquerda oficial (PT e PCdoB) quanto à Reitoria atual, estão trabalhando com nomes aceitáveis à Governadora. A esquerda oficial, trabalha com o

nome de um intelectual pequeno-burguês servente da oligarquia local dos Rosados encastelados no aparato estatal do município.

Para os professores reformistas/stalinistas, não interessa o nome, basta que vença o candidato da Administração atual. Essa postura demonstra que estes professores não estão disputando projetos antagônicos de universidade pública, portanto, de sociedade diferentes, mas disputando o controle do aparato burocrático da Universidade. Alguns deles, inclusive, não escondem sua disposição em aceitar a nomeação do seu candidato mesmo perdendo na consulta.

Na verdade, essa postura vergonhosa dos professores reformistas e stalinistas, é expressão da aproximação política do PT com o PSB no Estado. O PT vai entrar no Governo do Estado assumindo a Secretaria da Saúde com Ruy Pereira, político tradicional aliado antigamente das oligarquias locais do Estado, um “cristão novo”, um recém-convertido ao PT. É por isso que a nota aprovada pela assembléia dos professores da UERN contra a primeira afirmação da Governadora não saiu, a direção do sindicato controlado por esses professores não cumpriu a deliberação da assembléia.

### A Administração Walter (PV)

A Reitoria trabalha com o nome de Milton Marques, dono da TV a cabo na Cidade, tentando assediado a Governadora com o poder do meio de comunicação televisivo para seus fins eleitorais de reeleição. Pequeno-burguês enriquecido de uma hora para outra, coloca seu nome na disputa à disposição de servir a burguesia.

O PCdoB, como fiel aliado da Governadora, já assumiu a candidatura da Reitoria e anda sumido das reuniões com o PT, inclusive o stalinismo está sendo assediado a nomear o vice.

A Administração atual tenta se equilibrar para apresentar um nome aceitável pela Governadora, mas ao mesmo tempo confiável aos interesses político-eleitorais do Reitor atual que pensa em se candidatar a deputado estadual.

### A posição do P.O.R.

O POR tem atuado em conjunto com um grupo de professores e estudantes de direção de CA's na tentativa de discutir um projeto alternativo à Reforma Universitária do Governo Lula/PT, com independência de classe. Essa frente tem defendido a bandeira de Reforma Universitária “comprometida com os trabalhadores”. Trata-se de um equívoco, porque se insere no campo dos defensores da universidade de classe, uma universidade à margem dos explorados, que, segundo os reformistas mais radicais, estaria “a serviço dos trabalhadores” ou “comprometida com eles”. O POR defende que os trabalhadores estejam dentro da universidade e, por meio do poder estudantil, a transformem profundamente.

O que possibilitou a formação desse Grupo é o distanciamento do PT de setores da intelectualidade, principalmente universitária, ocorrida em nível nacional, por causa da política pró-burguesa do PT. A Reforma Universitária e a Reforma da Previdência têm desgarrado setores da pequena-burguesia de seu partido e conduzidos à procura de uma alternativa. O problema desta intelectualidade pequeno-burguesa, que rompe com a estrutura do PT, é que muitas das vezes não rompem com a sua política.

O POR atua neste grupo em defesa da discussão coletiva para a elaboração de um programa para a Universidade a ser apresentado nas eleições para Reitor. E defende o critério para participar dessa discussão de ser oposição a Administração atual, contra a Reforma Universitária do governo Lula/PT e o reconhecimento da direitização da direção do sindicato dos professores da UERN (PT e PCdoB).

### Direção da ADUERN: barricada do Governo Lula/PT contra os trabalhadores

A direção da Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte(ADUERN) está se

constituindo em um obstáculo à organização dos trabalhadores contra as políticas antipopular do Governo Lula(PT/PMDB/PCdoB).

Na Reforma da Previdência, enquanto o funcionalismo público federal estava em luta grevista em nível nacional e a imprensa noticiando diariamente as propostas do governo petista, os professores da direção do sindicato afirmavam que não havia uma proposta de Reforma da Previdência do governo Lula/PT. Depois que ela foi aprovada, essa discussão se descontemporaneizou.

Na Reforma Universitária, a direção do sindicato está utilizando a mesma tática, apesar de agora com alguma dificuldade. Diz que não há uma proposta de conjunto do governo. Na verdade, o PT está fatiando a proposta no Congresso para poder aprovar sem reação do movimento sindical. No ato nacional contra a Reforma Universitária do dia 25

de novembro, a direção do sindicato fingiu não saber e não mobilizou a categoria para a sua participação, nem sequer puxou uma discussão sobre o assunto para deliberação.

A categoria em assembleia de base aprovou a realização de um seminário docente deliberativo sobre o assunto. Até agora a direção do sindicato não o convocou e, provavelmente, depois que a Reforma for aprovada definitivamente, ou não vai tocar no assunto ou vai dizer que o tema foi superado pela conjuntura ou outra justificativa qualquer.

Os professores presentes na assembleia deliberaram pelo seminário porque ainda não perderam de todo as esperanças no governo Lula/PT e acreditam que toda a crítica do POR não passa de disputa partidária de quem é mais à esquerda ou de disputa política eleitoral. Por isso rejeitaram a ideia de deliberar nessa

própria assembleia.

Na Reforma da Previdência do Estado, a direção da Aduern atuou do mesmo modo. Além de proteger seu governo federal, a direção do sindicato anda protegendo também o governo de seus aliados. A direção da Aduern fechou os olhos ao aumento da contribuição previdenciária dos docentes de 8 para 11% e a taxa dos aposentados proposta pelo governo do PSB. Enquanto o movimento sindical independente organizou passeatas de denúncia, a direção da Aduern mantém adormecida e fora das lutas nacionais e estaduais a categoria dos professores.

O POR denuncia essa barricada do reformismo contra os trabalhadores, convocando os assalariados a organizar as frações revolucionárias para expulsar os agentes da burguesia dos sindicatos e retomá-los enquanto instrumentos de luta dos trabalhadores de base.

## Metalúrgicos do ABC

### Por um comitê sindical de luta

A direção do sindicato metalúrgico do ABC abandonou todos os princípios de origem do sindicato. Abandonou totalmente os métodos de luta da classe operária e passou a praticar a política de colaboração com os capitalistas. Faz de tudo para evitar a luta entre operários e os patrões. A unidade dos metalúrgicos, que era mantida através das assembleias gerais que aconteciam na Vila Euclides e no Paço Municipal, nas campanhas salariais unificadas, foram quebradas quando a direção do sindicato dividiu os metalúrgicos do ABC por grupos (Montadoras, Autopeças, Fundação e vários outros), fazendo negociações separadas.

Depois de dividir os trabalhadores, a burocracia sindical agora sai de fábrica em fábrica, fazendo greves pipocas, vaca louca e todo tipo de movimento distraconista, para enganar os trabalhadores e, no final, terminam assinando os acordos malditos de demissão em massa, terceirização e flexibilização de jornada e salários, como fez aqui na Volks em 2001 quando demitiu 700 trabalhadores, terceirizou milhares de postos de trabalho e reduziu os salários em 15%.

As eleições para o comitê sindical de empresa (CSE) estão chegando. Queremos aproveitar esse momento para expor o nosso programa e combater a política de traição da burocracia sindical (chapa um).

A política da chapa 1 de que devemos aceitar a redução salarial para evitar parte das demissões favorece o objetivo da empresa. Uma vez aceita uma parcela de demissão e redução salarial, logo em seguida vem uma nova onda de demissões. Todos os anos é a mesma coisa, a empresa ameaça com as demissões e a direção de nosso sindicato, ao invés de convocar uma assembleia geral dos metalúrgicos do ABC para fazer a luta contra as demissões, vai rastejando para o gabinete da empresa fazer os acordos que permitam os patrões demitirem e retirarem direitos.

Denunciamos a conduta conciliadora da diretoria de nosso

sindicato que abandonou a luta e se contrapôs a toda tentativa de resistência chamada pela Oposição.

Rejeitamos todos os acordos de flexibilização de direitos feitos pela direção de nosso sindicato e convocamos todos os companheiros a engrossar as fileiras da Oposição, para que, na eleição do Comitê Sindical que se aproxima, possamos resgatar o CSE como um instrumento de luta e controlado pelos os trabalhadores.

#### Principais pontos de nosso programa:

Criticar e rejeitar na totalidade os acordos de flexibilização do trabalho e de redução salarial.

Redução da jornada sem redução de salário (escala móvel das horas de trabalho). Nós trabalhadores só contamos com nossa força de trabalho para sobreviver. Os capitalistas e seus governos estão arrancando nossa fonte de sobrevivência, que é o nosso trabalho. Por isso, defendemos que o sindicato convoque assembleia geral de todos os metalúrgicos do ABC para pôr de pé a luta pela redução da jornada sem redução de salário e que esse movimento se estenda para todo o país para impor a escala móvel das horas de trabalho aos patrões e governo, para que todas as horas produzidas no país sejam divididas entre todos os empregados e desempregados do país.

Defesa da independência do sindicato e a democracia operária. A luta pela democracia sindical é fundamental para se opor à burocratização de nosso sindicato. O caminho é o controle direto do sindicato pela base e do exercício de total liberdade de organização, expressão e manifestação para todas as correntes políticas que atuam no movimento sindical. Direito de expressão nas assembleias onde as decisões devem ser coletivas e soberanas.

**Nesta edição:**

- Há 60 anos de Auschwitz



- Iraque: Boicotar as eleições impostas pelos Estados Unidos

# Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



## Há 60 anos de Auschwitz

A burguesia e suas instituições comemoraram o 60º aniversário da libertação dos prisioneiros do campo de extermínio, Auschwitz, construído pelos nazistas. Governos e representantes de várias partes do mundo compareceram à cerimônia em Auschwitz para dizerem que é preciso manter viva a consciência do genocídio praticado na II Guerra Mundial pelo regime nazista de Hitler.

Somente em Auschwitz foram mortos cerca de 1,5 milhão de seres, calcula-se que um milhão era de judeus. Os primeiros testes da câmara de gás foram feitos com 600 prisioneiros de guerra soviéticos. Não só judeus foram assassinados, milhares eram ciganos, homossexuais e de diversas nacionalidades. O denominado Holocausto representou o sinistro genocídio de 6 milhões de judeus.

Sobre essa memória, a burguesia mundial e seus porta-vozes exortaram o não esquecimento jamais das vítimas do Holocausto. Tony Blair, 1º Ministro da Inglaterra, foi uma dessas vozes. A outra foi do vice-presidente dos Estados Unidos, Dick Cheney. O presidente francês lembrou a participação da França, ocupada pelos nazistas, na liquidação de judeus franceses. Horst Koehler, presidente da Alemanha, afirmou: “temos de trabalhar para que algo assim não se repita”. E lamentou que o anti-semitismo ressurgir em seu país. O governo brasileiro enviou uma mensagem que “deplora a barbárie que vitimou milhares de judeus”.

A imprensa publicou uma série de reportagens e ensaios sobre a mortandade. O artigo “Um mergulho arrepiante no coração das trevas”, de Daniel Jonah Goldhagen, publicado no Los Angeles Times, traduzido pelo Estadão, traz a seguinte pergunta: “mas certos aspectos desse passado continuam incompreendidos, particularmente a questão crítica: qual era a natureza do nazismo?”. Faz considerações e conclui que os nazistas “queriam arruinar a própria civilização ocidental – inclu-

indo a cristandade”. Não há um pingote de verdade na resposta à pergunta “qual a natureza do nazismo?”.

O marxismo, expresso nas análises de Leon Trotsky, não só expôs a essência da natureza do nazismo como o combateu com a política da revolução proletária. Ocorre que a comemoração burguesa e os intelectuais pequeno-burgueses adaptados ao capitalismo não fazem senão acobertar a natureza capitalista do nazismo.

A barbárie de Hitler é uma consequência do capitalismo da fase imperialista. Não se pode esquecer a mortandade da I Guerra Mundial. Também não se pode fechar os olhos para Hirochima e Nagasaki, vítimas do teste da bomba atômica, feito depois que o Japão já estava praticamente vencido. Ninguém se lembrou da memória dos milhares de japoneses queimados pela energia nuclear. A II Guerra Mundial e o nazifascismo são expressões da decomposição do capitalismo mundial, que se manifestou com toda suas contradições no choque entre as potências imperialistas.

Ariel Sharon, 1º Ministro de Israel, fez um discurso no Parlamento de seu país afirmando que o mundo “não levantou um dedo” para impedir o extermínio de judeus. E concluiu que “os judeus aprenderam uma lição do genocídio: só podem confiar neles mesmos”. E que “Israel como Estado judeu deve permanecer sempre forte”. (Estado de SP-27/1). Está aí mais uma falsificação. O Estado judeu é responsável pelo genocídio contra os palestinos. Está armado para a guerra de extermínio. O 1º Ministro usa o massacre dos judeus pelos nazistas para defender um Estado forte, ou seja, voltado a oprimir a maioria palestina e servir aos interesses dos Estados Unidos no Oriente Médio.

O ponto de vista da classe operária mundial e demais explorados, materializado pelo marxismo, é totalmente oposto ao da burguesia e seus seguidores. Abaixo transcrevemos alguns trechos de Trotsky sobre o nazifascismo. É com essa arma que

conservamos a memória das vítimas do nazismo e é com ela que lutamos para que esse perigo não ganhe força. A tendência do capitalismo putrefato é de ampliar a barbárie, sob as mais variadas formas. O massacre que os Estados Unidos e seus aliados praticam no Afeganistão e Iraque é uma variante fascista. O proletariado luta para derrotar as burguesias e implantar o socialismo por meio da revolução proletária. Só assim o mundo se verá livre das guerras e massacres.

### Extratos do livro “Sobre o fascismo”, de Leon Trotsky

As fogueiras de onde arde a literatura ímpia do marxismo clarificam vividamente a natureza de classe do nacional-socialismo. Enquanto os nazistas atuaram como partido, e não como poder do Estado, quase não encontraram acesso à classe operária. A grande burguesia, por seu lado, ainda aquela que apoiava Hitler com seu dinheiro, não considerava esse partido como seu. O “renascimento” nacional se apoiou inteiramente nas classes intermediárias, a parte mais atrasada da nação, o fardo mais pesado da História. A habilidade política consistiu em soldar os pequenos burgueses em uma hostilidade comum contra o proletariado. O que se devia fazer para que as coisas fossem melhores? Antes de tudo, sufocar os de baixo. Impotente diante do grande capital, a pequena burguesia espera reconquistar a partir de agora uma dignidade social com a ruína dos operários. Os nazistas designam seu golpe de Estado com o nome usurpado de revolução. O fascismo deixa o sistema social intacto. O golpe de Estado de Hitler – tomado em si – não tem sequer o direito ao nome de contra-revolução. Mas não se pode considerá-lo isoladamente. É a culminação do ciclo de rupturas que, na Alemanha, começaram em 1918. A revolução de novembro, que deu o poder a um conselho de operários e soldados, era proletária por

sua tendência fundamental. Mas o partido que estava à cabeça do proletariado devolveu o poder à burguesia. Nesse sentido, a social-democracia inaugurou a época da contra-revolução antes que a revolução tivesse chegado a cumprir sua tarefa até o fim. No entanto, a burguesia dependia ainda tanto da social-democracia, ou seja, dos operários, que o regime conservou os elementos de um compromisso. Apesar disso, a situação internacional e interna do capitalismo alemão já não deixava margem para concessões. Se a social-democracia salvou a burguesia da revolução proletária, o fascismo por sua vez chegou para libertar a burguesia da social-democracia. O golpe de Estado de Hitler não é mais que o estalo final da cadeia de deslocamentos contra-revolucionários.

O pequeno burguês é hostil à idéia de evolução, pois esta vai inevitavelmente contra ele. O progresso só lhe proporciona dívidas que não pode pagar. O nacional-socialismo repudia não só o marxismo mas também o darwinismo. Os nazistas maldizem o materialismo, pois as vitórias da técnica sobre a natureza significam a vitória do grande capital sobre o pequeno. Os chefes do movimento liquidam a intelectualidade, porque eles só têm intelectuais de segunda e terceira ordem e, sobretudo, porque seu papel histórico não permite que um pensamento seja elaborado até o fim. O pequeno

burguês necessita de uma instância superior, além da natureza e da história, protegida contra a concorrência, a inflação, a crise e a venda em leilão público. À evolução, à concepção materialista, ao nacionalismo – aos séculos XX, XIX e XVIII – lhes opõem o idealismo nacional como fonte de inspiração heróica. A nação de Hitler é a sombra mitológica da própria pequeno-burguesia, delírio patético que mostra seu reinado milenar sobre a terra.

Para elevar a nação por cima da História, se lhe dá o apoio da raça. A História está considerada como uma emancipação da raça. As qualidades da raça são construídas independentemente das diversas condições sociais. Ao rechaçar a concepção econômica como inferior, o nacional-socialismo desce a uma etapa mais baixa; do materialismo econômico recorre ao materialismo zoológico.

A teoria da raça – como se tivesse sido criada especialmente por um autodidata pretensioso que buscasse a chave universal de todos os mistérios da vida – aparece antes de tudo lamentavelmente à luz da história das idéias. Para criar a religião do sangue germânico puro, Hitler teve de tomar emprestado de segunda mão as idéias do racismo de um francês, diplomata e escritor aficcionado: o conde de Gobineau. A metodologia política de Hitler a encontrou pronta nos italianos, pois Mussolini utili-

zou amplamente a teoria da luta de classes de Marx. O próprio marxismo é fruto da união da filosofia alemã, a história francesa e economia inglesa. Mas reconstruindo a genealogia das idéias, sejam as mais reacionárias e as mais estúpidas, não se encontram traços de racismo.

...  
Praticamente, o nacionalismo econômico se reduz às explosões anti-semitas, impotentes em que pese a sua brutalidade. Do sistema econômico contemporâneo, os nazistas excluem o capital usurário e bancário como se fosse o demônio. Agora bem, é precisamente nesta esfera onde a burguesia judia ocupa um lugar importante.

Os pequenos burgueses se inclinam diante do capital em seu conjunto, mas declaram guerra ao maléfico espírito de acumulação, sob a forma de um judeu polaco de grande sobrecasaca que, freqüentemente, não tem um centavo em seus bolsos. O programa se converte na prova mais elevada da superioridade da raça.

...  
O fascismo alemão, como o italiano, alcançou o poder sobre as costas da pequena burguesia, a que transformou em lança contra as organizações da classe operária e da democracia. Mas o fascismo no poder não é em absoluto o governo da pequeno-burguesia. Pelo contrário é a ditadura mais implacável do capital monopolista.

## Iraque

# Boicotar as eleições impostas pelos Estados Unidos

Hoje, dia 30, ocorrem as votações no Iraque para a Assembléia Nacional. A propaganda do imperialismo é a de que pela primeira vez na história desse país haverá eleições livres e democráticas. E que estão ameaçadas pelos atentados terroristas da organização Abu Musab al-Zarqawi.

Uma parte do clero xiita apóia as eleições organizadas pelos EUA e iraquianos lacaios dos ocupantes. A maioria xiita, que não conseguiu derrubar o ditador Saddam Hussein com suas próprias forças, está no poder por obra da ocupação militar do imperialismo e do genocídio contra os iraquianos. Mas, na verdade não se trata da maioria xiita e sim da casta rica.

Por meio da ocupação, o imperialismo massacró o povo, tanto xiita quanto sunita, derrubou o governo Saddam e impôs o títere Lyad Allawi, homem da casta burguesa xiita. As eleições são a continuidade do domínio imperialista – interessado no petróleo e posição estratégica no Oriente Médio, ao lado de Israel – por meio da facção feudal-burguesa iraquiana entreguista.

A resistência armada muçulmana-nacionalista luta para a retirada das tropas invasoras. O governo títere e G. Bush a acusa

de pretender provocar a guerra civil entre xiitas e sunitas. Mas o fato é que há uma guerra contra a ocupação norte-americana. Esta tem levado à divisão entre os favoráveis à ocupação e os resistentes. A casta pró-ocupação, tanto xiita quanto sunita, trabalha para colocar as massas oprimidas, tanto xiitas quanto sunitas, a serviço dos exploradores e opressores internacionais.

A guerra civil se estabeleceu desde o momento em que as forças invasoras tomaram o poder no Iraque e impuseram pelas armas um governo preparado desde fora. Os generais norte-americanos reconstituem o exército e a polícia com iraquianos para assegurarem a ocupação por meio das armas. Aí está o instrumento da guerra civil para o imperialismo se impor.

As eleições e a constituição de um parlamento constituinte são extensões da guerra civil provocada pela guerra imperialista contra a nação oprimida. Uma guerra civil das forças pró-imperialistas contra a nacionalista-antiimperialista.

A divisão histórica entre xiitas e sunitas se aprofunda com a ditadura das armas dos EUA, mais do que com o ditador sunita Saddam, que se constitui por obra de re-

lações internas, embora tenha sofrido influências dos próprios EUA. O objetivo do imperialismo não é democracia, mas o seu domínio sobre o Iraque e deste sobre o petróleo.

Os trabalhadores do mundo todo têm o dever de apoiar o boicote e a resistência antiimperialista, sem deixar de assinalar que o método para isso não é o do terrorismo individual, mas o da luta de massa e armamento da população disposta a expulsar os invasores. Defender a unidade das massas oprimidas xiitas, sunitas e curdas contra os invasores.

Há que se combater pela autodeterminação dos povos! As soluções econômicas, políticas e sociais cabem aos próprios iraquianos! A divisão entre sunita xiitas e curdos existe porque existe a sociedade de classe! A intervenção do imperialismo impõe desde fora a guerra civil, aprofundando as divisões de nacionalidades e jogando umas contra as outras!

Fora as eleições impostas pelo imperialismo! Que os Estados Unidos desocupem o Iraque! Que os iraquianos, sem os invasores, decidam qual deve ser seu regime político!